

Mudança

4ª RPM TEM NOVO COMANDANTE

O coronel Anselmo Fernandes da Silva é o novo comandante da 4ª Região da Polícia Militar (RPM), que atende a 82 cidades da Zona da Mata mineira. Depois de 30 anos de serviços prestados à corporação, quatro à frente da 4ª RPM, o coronel Gilmar Simões de Lima entregou o cargo em solenidade realizada no final da tarde de ontem.

Com a saída do coronel Anselmo do comando do 2º Batalhão (BPM), a posição foi assumida pelo tenente-coronel Hernandes José de Moraes, que respondia pelo 27º BPM. Em seu lugar, entra o tenente-coronel Ronaldo Nazareth, que servia na cidade de Conselheiro Lafaiete.

A cerimônia foi presidida pelo comandante-geral da PM de Minas Gerais, Renato Vieira

de Souza. Ele agradeceu à antiga gestão em nome da comunidade e desejou boa-sorte e sucesso aos novos comandantes. A solenidade contou, ainda, com a presença do prefeito de Juiz de Fora, Custódio Matos, e do presidente da Câmara Municipal, Bruno Siqueira, entre outras autoridades.

Em seu discurso, o novo comandante da 4ª RPM afirmou que pretende aliar prevenção e repressão como medidas de “profilaxia criminal”, a fim de amenizar a violência na região. Lembrou, ainda, que o crime deve ser combatido em conjunto com a comunidade.

Já o Coronel Gilmar classificou seus quatro anos à frente da Região como produtivos, “não por méritos do comando, mas de toda a corporação”.



• Anselmo, Renato e Gilmar na transferência do cargo

LUIZ CARLOS DUARTE

Presos continuam a lotar o HPS

• Hospital tem previstas apenas 4 vagas para detentos, mas, atualmente, há 18 presos internados

A superlotação de presos dependentes químicos no Hospital de Pronto Socorro (HPS) está prejudicando o atendimento de usuários na unidade. O fato foi denunciado ontem, durante audiência pública na Câmara Municipal, pelo vereador Júlio Gasparete (PMDB). Em dezembro do ano passado, o então secretário de Saúde, Cláudio Reis, já havia feito a denúncia.

Segundo Gasparete, na se-

mana passada, em visita ao HPS, o vereador Luiz Carlos (PTC) constatou a presença de 15 detentos na unidade. Ontem, através de informações de usuários do hospital, Gasparete teve ciência de que 25 presos estariam ocupando leitos na unidade. Diante do fato, ele e outros vereadores vão acionar a Secretaria Municipal de Saúde, a fim que tome providências para sanar a situação.

Segundo a assessoria de comunicação da Secretaria de Saúde, até o início da noite de ontem existiam 18 detentos internados na unidade, a maioria no setor de psiquiatria. Ainda conforme a assessoria, os presos são usuários de drogas que, através de recurso judicial, conseguem transferência para internação no HPS. A unidade tem previstas apenas

quatro vagas para pacientes vindos de penitenciárias.

PROBLEMA ANTIGO

Em dezembro do ano passado, o então secretário de Saúde, Cláudio Reis, denunciou a superlotação de presos em unidades hospitalares de Juiz de Fora. Na época, segundo ele, chegava a 170 o número de detentos ocupando leitos da rede municipal. Sendo registrados casos em que o interno já havia recebido alta médica há mais de um ano, no entanto continuava internado.

Reis explicou que, para que os presos voltassem ao presídio, era necessária ordem do juiz. O que acontecia, entretanto, era que a alta médica não coincidia com a alta da Justiça.

Justiça dá novo prazo para eleitor irregular

Cerca de dois mil juizforanos terão nova chance para regularizar a situação junto à Justiça Eleitoral. Começou ontem o prazo para quem não votou nem justificou o voto nos últimos três turnos pagar multa no valor de R\$ 3,50, referente à ausência nas urnas. A regularização será feita no Pólo de Atendimento ao Eleitor (PAE - Rua São Sebastião 772) até 16 de abril. Quem não procurar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) neste prazo terá o título cancelado automaticamente.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, 1.918 eleitores da cidade estão irregulares (0,52% dos aptos a votar). Não estão incluídos neste número menores de 18 anos e maiores de 70, cujo voto é facultativo. A Justiça Eleitoral alerta que os inadimplentes devem procurar o TRE por livre iniciativa, já que não serão avisados da irregularidade por telefone, carta ou e-mail.

Caso tenha o título cancelado, além de não poder mais votar, o eleitor perde, por exemplo, o direito de se inscrever em concurso público, renovar matrícula em instituição de ensino, obter passaporte ou CPF, conseguir crédito em instituições públicas ou receber salário, se servidor público.

Casal indiciado por homicídio

A Polícia Civil pediu o indiciamento do casal Rosimeire de Assis Silva e Ademir de Oliveira Silva pelo assassinato do porteiro Paulo César Fernandes Coelho, de 49 anos, na madrugada do dia 22 de janeiro deste ano, na Praça da Estação. O inquérito que apurava o caso foi concluído, ontem, e deve ser encaminhado hoje ao Ministério Público. Na segunda-feira, o casal suspeito passou por uma acareação. Segundo o delegado Rodrigo Rolli, responsável pelo caso, a dupla manteve as mesmas versões confusas e contraditórias que apresentou no início das investigações.

Rolli afirma que o motivo da morte do porteiro teria sido passionais, pois que existia um triângulo amoroso entre os envolvidos, classificando o crime como homicídio qualificado por motivo torpe. O delegado ainda pediu a transformação da prisão temporária do casal em preventiva. Rosimeire já estava detida na Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires. Ademir, que encontrava-se foragido, se apresentou na delegacia, no último dia 12, e assumiu a autoria do homicídio.

Na madrugada do dia 22, Paulo César foi encontrado caído no chão, com dois tiros. Segundo o laudo de necropsia, um disparo acertou a mão e outro as costas da vítima. Na época, a Polícia Civil identificou os dois autores e prendeu Rosimeire. Ademir foi apontado nas investigações como suspeito de ser o autor dos disparos que mataram Paulo, sendo confirmado também o relacionamento entre ele e Rosimeire.

Homem é condenado por matar mulher

O ajudante de caminhão Davidson Willian Silva de Oliveira, de 27 anos, foi condenado a 13 anos de prisão, em regime fechado, pela morte da sua ex-companheira, a dona-de-casa Érika Culaone, em março de 2008. A condenação foi apresentada depois de decisão de júri Popular, na última segunda-feira. O julgamento começou às 13h30min e só terminou por volta das 23h.

O crime aconteceu dentro de um supermercado, no Bairro Jóquei Clube, próximo ao Parque de Exposições. Érika fazia compras na companhia da avó, quando foi surpreendida por Davidson, que disparou contra ela, atingindo-a cinco vezes. Dois tiros acertaram o peito, outros dois, o joelho e um, a mão. A dona-de-casa não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Davidson estava de posse de revólver calibre 38 e fez os disparos à queima-roupa. O casal tinha duas filhas